

Forte Velho: empresário desafia Justiça e reabre viveiros de camarão sem liminar

Depois de quatro anos de luta na justiça, a comunidade de Forte Velho, zona rural de Santa Rita, está prestes a perder mais uma batalha contra a carcinicultura na região. Os proprietários dos viveiros de camarão estão aguardando uma liminar da justiça que libere a sua operação, desfazendo uma ordem do Ministério Público Federal (MPF), que em julho passado havia embargado o funcionamento do local. Sete dos 13 tanques já estão sendo reabastecidos com água e a população teme que todas as melhorias que já vêm sendo sentidas nestes quase cinco meses retroceda. Mas o próprio MPF também está temeroso com o andamento do processo.

A mobilização da comunidade começou em 2003, quando foi realizada uma sessão especial para discutir o assunto na Assembleia Legislativa, onde foram entregues dois dossiês sobre o problema à comissão de Meio Ambiente da casa e ao Procurador Geral da República. Deu-se início, então, a uma ação civil pública, que continua correndo na Justiça Federal, mas que até agora não ouviu os moradores de Forte Velho. “Como é que nós, que somos os principais prejudicados, não somos chamados para depor?”, questiona um dos líderes da comunidade, Luís Carlos Gonzaga.

Dois depoimentos contraditórios já constam no processo: enquanto a Sudema, que



Procurador - “A carcinicultura é um empreendimento socialmente danoso e que não gera tantos empregos”

liberou a licença ambiental do empreendimento, diz que não houve nenhum dano ambiental, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) apresentou dados que comprovam a degradação. Entre os muitos problemas, Luis destaca que as 17 cacimbas que abastecem os moradores estão com a água salinizada, além de que a pesca também está prejudicada porque as ostras, peixes e mariscos não resistem ao sal. Quem vive da agricultura e pesca, portanto, está sem conseguir trabalhar em Forte Velho.

Para o Procurador da República Duciran Farena, o problema começa no licenciamento, que está sendo feito indiscriminadamente. “A defesa usa um argumento político, diz que é

retaliação, mas os danos ao meio ambiente são muito claros e o problema é grave”, avalia. Ele destaca que, “mesmo perdendo um pouco do encanto, é curioso ver como ainda há estímulo para que a carcinicultura cresça desenfreadamente”.

A área de oito hectares fica à beira do mangue e as águas utilizadas para a cultura são jogadas no rio, cuja nascente fica salgada, e ainda aterra o próprio mangue. O processo faz com que as espécies nativas da região acabem morrendo na água salgada demais. “Este é um empreendimento socialmente danoso e não sei porque insistem que tem que ser na beira do mangue, criando um ambiente artificial e que não gera tanto

Editorial

A equipe da Fundação Margarida Maria Alves termina mais um ano de trabalho diante de um desafio que se faz urgente e gigante: a sustentabilidade para manter os projetos em funcionamento e acesa a chama da defesa dos Direitos Humanos. Esta tarefa não tem sido fácil e a falta de apoiadores tem se mostrado cruel, desafiando nossa criatividade.

Este não é um problema exclusivo da Fundação, mas atinge um sem número de entidades parceiras que têm relatado a mesma dificuldade para se manter de portas abertas. Com a mudança de foco por parte da Cooperação Internacional, que tem se voltado especialmente para os que morrem de fome na África, resta-nos mudar o foco para os setores público e privado brasileiros, contando com a sensibilidade de empresários e gestores que desejem nos ter como parceiros.

Mas o caminho ainda é longo e a desconfiança provocada por ONGs mal intencionadas tem atrapalhado o processo. Por isso esperamos que em 2008 as notícias sejam melhores e as chances de dar continuidade ao trabalho reconhecido que fazemos seja mais concreta. E que os parceiros saibam diferenciar o joio do trigo, dando a mão a quem de fato quer mudar o país.

EXPEDIENTE

 Falarão DHireito

Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos

Humanos Margarida Maria Alves.

Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro

CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.

Tele-fax: 3221-3014

www.fundacaomargaridaalves.org.br

fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br

Jornalista responsável:

Aline Oliveira (1963/PB)

Fotos: arquivo da entidade

Tiragem: 1.000 exemplares

Apoio: Misereor

Impressão: F&A Gráfica e Editora

Mas tudo bem

Artigo de André Petry

Publicado na Revista Veja de 28 de novembro de 2007

Em todo país civilizado, a notícia causou um escândalo: uma jovem saudita de 18 anos foi estuprada por sete homens há mais de um ano – e agora saiu a sentença do caso. A jovem, moradora da cidade de Qatif, interior da Arábia Saudita, foi condenada a seis meses de prisão e 200 chibatadas. Sim, a vítima foi condenada à cadeia e à surra. Considerou-se que, ao ir encontrar-se com um homem que não era seu parente num local público, violando o código de conduta da teocracia islâmica, a jovem facilitou o estupro. É a barbárie, da qual nos orgulhamos de estar distantes. Será?

No dia 21 de outubro, conforme o Brasil tomou conhecimento um mês depois, uma jovem de 15 anos foi presa em flagrante sob suspeita de furtar um celular em Abaetuba, nas franjas de Belém. Foi enviada para o xadrez da cidade. Passou 24 dias numa cela com outros 30 presos, todos homens e adultos. Ela contou ter sido sistematicamente abusada sexualmente em troca de comida. O que os policiais disseram? Num primeiro momento, alegaram que a menina tinha 20 anos, como se isso fosse o ponto nevrágico da questão. Depois, o próprio pai da garota contou ter sido ameaçado pelos policiais para forjar uma certidão de nascimento mostrando que ela era mais velha.

Qual o caso mais bárbaro? O da Arábia Saudita dos monarcas muçulmanos ou o do Pará de nossa saltitante governadora Ana Júlia Carepa? Há um dado que precisa ser levado em conta: na Arábia Saudita, as coisas transcorrem de modo absurdo em conformidade com o absurdo aparato legal. No Pará, tudo acontece como se fosse, e talvez seja mesmo, uma terra sem lei. A Justiça paraense sabia que a menina de 15 anos estava detida numa cela com homens.

A juíza, ciente do caso, ouviu a menina e chegou a devolvê-la para o inferno. Um escândalo, mas não uma novidade. Em poucos dias, a imprensa descobriu outros casos de mulheres

“ É a velha gritaria daqueles que acham que Direitos Humanos é proteção de bandido.”

presas em celas do interior do Pará na companhia de homens. Em todos os casos, deu-se o óbvio: estuproseguidos.

O caso repulsivo do Pará, além do evidente desrespeito à mulher e, no caso, à adolescente, repisa a indiferença com que o país recebe as denúncias das condições desumanas das prisões. Há uma certa cultura subintelectual segundo a qual os presos devem ser tratados da forma mais brutal possível porque, como criminosos, sobre tudo como homicidas, não devem ter direito a tratamento humano. É a velha gritaria daqueles que acham que direitos humanos é proteção de bandido. Na base dessa estupidez sobrevive a idéia medieval de que conceitos morais são relativos – ora devem ser observados, ora devem ser ignorados.

É por isso que as prisões brasileiras são uma lixeira que escandaliza o mundo – mas, em geral, não escandaliza os brasileiros. Um relatório da Caravana da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, destacado no livro *A Prisão*, de Luís Francisco Carvalho Filho, informa que no Ceará presos se alimentavam com as mãos. A comida, estragada, era servida em sacos plásticos. Mas tudo bem. No Paraná, um preso passou sete anos em cela de isolamento, sem visita nem banho de sol. Mas tudo bem. É por causa dessa tolerância com a barbárie que a menina de 15 anos passou 24 dias no inferno no Pará.

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na

Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.



Curso forma 23 novos Juristas e já se prepara para a edição 2008

Formatura - Novos Juristas conhecem a Rede e celebram fim desta versão do curso

Turma 2007

Antônio José de Araújo
Dayanna Valéria de Oliveira
Eliane Nascimento dos Santos
Gilvânia Ferreira Pereira
Gilzélia Pereira Lima
Hugo Leonardo dos Santos Macena
João Augusto de Assis Júnior
José Laurentino da Silva
José Leite da Silva Filho
Josecleide Soares Batista
Leandro de Pontes Araújo
Luzivalda Guedes Damascena
Manoel Pedro da Silva
Manuel Batista da Silva
Maria das Graças Pereira
Maria do Amparo Silva Campos
Marinilson Apolinário da Costa
Mayara Gomes Nascimento
Patrícia Arlinda dos Santos Batista
Terezinha da Silva
Valéria de Brito Silva

São 11 mulheres e nove homens, 17 entidades diferentes e uma mesma disposição: multiplicar o acesso ao direito. Este é o perfil da oitava turma do Curso de Formação de Juristas Populares, que se formou no dia 7 de dezembro comemorando o fato do projeto ter sido certificado como Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil. Contando com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos e Unesco em 2007, o projeto conclui mais um ano com uma avaliação positiva dos alunos e o desafio de realizar uma nova edição em 2008.

Entre os mais novos Juristas Populares, que agora somam 140, a empolgação é visível. Para Gilzélia Pereira Lima, da Pastoral do Dízimo, a experiência foi fantástica e acima de sua expectativa. Mesmo antes de terminar, ela já está articulada com a Rede de Juristas Populares, através do Núcleo de Santa Rita, e pretende continuar o trabalho. "Queremos rearticular a rádio comunitária de Tibiri II e reanimar o Núcleo", projeta.

Como policial pertencente ao Movimento Cidadania e Segurança, José Leite da Silva Filho também quer aproveitar tudo que

aprendeu no curso para reforçar as lutas de sua entidade e conta que vê o mundo de um jeito novo agora. "Eu não tinha conhecimento de muitas coisas que aprendi aqui", lembra. Agora ele quer trazer mais companheiros para o curso nas próximas edições.

Empolgada com o conhecimento que adquiriu, Terezinha da Silva, da paróquia São Pedro e São Paulo, em Santa Rita, avalia o projeto como "sensacional". "Eu faria tudo de novo e aproveitaria ainda mais. Pretendo agora passar para frente tudo que aprendi aqui para ajudar as pessoas", garante.

A diversidade de entidades e a integração de novos grupos foi apontada como um dos destaques desta versão do curso pela coordenadora do projeto, Anna Izabella Chaves. Entre as entidades novas, alguns sindicatos e até rádios comunitárias. "Além disso, tivemos o reconhecimento de várias instituições, como a Fundação Banco do Brasil e a própria Secretaria Especial de Direitos Humanos, que dão um peso maior e confirmam a importância do projeto", acredita.

Melhorar a comunicação é estratégia para se beneficiar com Responsabilidade Social

Especialista alerta: “empresas não são obrigadas a fazer investimentos sociais”

Em um momento delicado para a sustentabilidade do Terceiro Setor brasileiro, um termo relativamente novo no mundo empresarial tem se convertido em uma luz no fim do túnel: a responsabilidade social, que se mostra como a solução para uma parte dos problemas destas entidades. Mas é preciso ficar atento ao movimento, já que os recursos disponibilizados pelas empresas, ao contrário do que se pensa, não chegam tão fácil assim à ponta. E especialistas alertam: a transparência, os resultados e a comunicação devem ser estratégias parceiras de quem pretende se beneficiar da tendência.

Profunda conhecedora de como funcionam estas relações, a jornalista Janine Saponara esteve recentemente em João Pessoa para falar sobre o tema com outros jornalistas locais, em um seminário promovido pelo Sesi Paraíba. Para ela, o segredo de quem pretende acessar recursos privados através de ações de responsabilidade social das empresas deve ter em mente uma regra aparentemente simples: “empresas querem lucro, seja capital, seja social, e as

entidades precisam aprender a monitorar seus resultados”.

Um dos problemas apontados por Janine é que o Terceiro Setor e as empresas pensam o “projeto” de maneira diferente, já que os executivos não têm disposição para ler os longos textos que as organizações teimam em produzir. “Por isso a comunicação é tão importante para o sucesso destas iniciativas. É preciso dar o recado de maneira eficaz, ou seja, rápida, mas rica em conteúdo”, alerta a jornalista, que sugere que as entidades se dediquem a este exercício.

Outra questão que precisa ser levada em consideração é a transparência e neste quesito, a prestação de contas é o principal calo a ser resolvido pelas organizações, já que nenhuma empresa vai querer ser parceira de quem não está publicamente livre de desconfianças – do poder público e da própria sociedade. Além disso, a própria questão do monitoramento dos resultados é outro desafio, já que este conceito é diferente nas empresas. “Elas querem ver o lucro do investimento social que estão fazendo”, alerta.

Mas Janine é otimista,

apesar de seus conselhos parecerem além do alcance de algumas organizações. “Não é difícil, basta sair um pouco do lugar onde estamos e mostrar o próprio peixe de forma eficiente, já que a concorrência pelas doações, também neste setor, é maior do que as oportunidades”, acredita.

Concorrência cresceu 150% em dez anos

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2004, dá conta de que metade das empresas que realizam ações de responsabilidade social está no sudeste, enquanto apenas 10% está no nordeste. O movimento de adesão a estas práticas vem crescendo nos últimos dez anos, assim como o número de fundações, que cresceram 150% no mesmo período, o que gera uma enorme concorrência. A pesquisa também dá conta de que 57% das empresas promovem parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs).

Mas é preciso ficar atento a um detalhe: responsabilidade social não é sinônimo de investimento social. “Uma empresa pode ser socialmente comprometida, ter ações sustentáveis e até se tornar uma referência sem destinar um centavo a ações sociais, assim como também pode acontecer o contrário”, lembra Janine. Ela também alerta que, ao contrário do que muitas entidades acreditam, as empresas só têm o dever de pagar impostos e nada mais. As ações sociais, portanto, obedecem a uma tendência de mercado que agrega valor à produção, mas não são obrigatórias. “É preciso ficar atento às oportunidades e estar pronto para todas elas”, acredita.



Saponara - “A concorrência é grande e entidades precisam saber vender o peixe”

Forjus propõe discussão sobre Concessões Públicas através de Fórum Permanente

As concessões públicas, tanto de comunicações quanto de transportes, prometem entrar na pauta de discussão das entidades de defesa dos direitos humanos em 2008. Esta foi uma das propostas feitas durante o 2º Encontro Estadual de Direitos Humanos, promovido pelo Fórum de Justiça Social (Forjus) entre 28 e 30 de novembro, em João Pessoa. O problema recebeu destaque em várias mesas, de forma especial no painel sobre Mídia e Direitos Humanos, e deve provocar a

criação de um fórum permanente de debate, envolvendo de forma especial as rádios comunitárias.

De acordo com a observação de uma das coordenadoras do evento, Candida Moreira, as entidades estão dispostas a se articular para não apenas discutir, mas também fazer um controle de como estas concessões estão acontecendo. "A gente precisa saber quais são os critérios para que elas aconteçam e



Pauta - Entidades também querem discutir questão penitenciária e manter aberto o diálogo entre si para propor soluções

a quantas andam as que estão em vigor para poder cobrar nossos direitos enquanto cidadãos", adianta. Ela acredita que um dos problemas é que as pessoas mantêm uma relação meramente de consumo com o transporte público e com os veículos de comunicação, sem se darem conta de que podem interferir neste funcionamento.

Em relação ao transporte, a reclamação é ainda maior entre

idosos e portadores de deficiência que se queixam de não serem respeitados em seus direitos de acessibilidade. "E muita gente acha que é só brigar por uma passagem mais barata, mas acaba sendo desrespeitado em outros aspectos também, o que é um absurdo", reclama Candida.

No âmbito das telecomunicações, a proposta que saiu do Encontro é fortalecer as rádios comunitárias e defender o que é considerado como o principal meio para democratizar a comunicação no Estado. "Elas ajudam o processo de educação cidadã da nossa sociedade, mas estão sendo desrespeitadas e até violentadas", alerta.

Entre os demais temas que devem constar da pauta do Forjus no ano que vem está o sistema penitenciário paraibano, que, segundo a Pastoral Carcerária, nunca esteve tão ruim e indigno quanto se vê atualmente. Candida destaca que nem mesmo os operadores dos direitos humanos estão tendo acesso aos presos para fazer seu trabalho. Segundo ela, "é preciso trazer este assunto de volta à rodas de diálogo para não deixar morrer antes que seja tarde".



Meio Ambiente volta a ser foco de Juristas em 2008



Rede de Juristas Populares

Depois de um ano de trabalho intensivo com educação ambiental, este tema continua a ser a mola mestra da atuação dos Juristas Populares em 2008, quando as atividades devem ser intensificadas. Mas o novo ano tem dois outros desafios: manter a atuação forte mesmo com o período eleitoral que se aproxima e realizar o 2º Encontro Regional de Formação Jurídico Popular, marcado para os dias 8 e 9 de novembro. A programação, no entanto, começa cedo, assim que o carnaval terminar.

A novidade deste ano é que em Santa Rita o trabalho vai ser mais focado em duas escolas públicas, a José Mariano e a Flávio Maroja, e em Bayeux os Juristas

querem chegar a novos bairros. Nos dois núcleos, as feiras continuam sendo visitadas pelos Juristas, sensibilizando os feirantes para os cuidados com o ambiente. Em João Pessoa, os rios voltam ao centro das discussões, com a perspectiva de realizar o Encontro das Águas em parceria com outras entidades da cidade. E em Forte Velho, a luta será contra os viveiros de camarão.

De acordo com a técnica da Fundação, Candida Moreira Magalhães, a avaliação do ano de 2007, realizada no Encontro Estadual, nos dias 1 e 2 de dezembro, foi positiva, apesar de uma série de dificuldades que os núcleos enfrentaram. “Vimos que a rede está muito viva e que devemos continuar contando com aqueles que têm compromisso e assumem sua missão”, comemora.

Fazendo parte da nova Comissão Articuladora, a Jurista Marilene Dantas de Melo, do Núcleo de Bayeux, acredita que 2007 foi um ano bom e que os objetivos foram alcançados. “Aceitei o desafio de ajudar na articulação e espero que possamos trazer de volta companheiros e companheiras que estão longe do nosso trabalho pra ajudar a fazer com que tudo dê certo”, deseja.

Entre os que continuam na Comissão, a Jurista Odete Silva Lima, de Santa Rita, espera que os trabalhos de coleta seletiva continuem dando certo e que a rede encontre outros caminhos para defender o meio ambiente. “A gente quer também fazer palestras sobre o uso racional da água para que as pessoas aprendam a não

desperdiçar”, propõe.

O encontro também serviu para fazer memória da história da própria rede, com o resgate de imagens que registram o caminho que os Juristas já percorreram desde que a articulação foi fundada, em 2003. E para celebrar o quinto ano de trabalho articulado, os Juristas vão promover uma Celebração Cultural no dia 27 de abril, com a presença de artistas das três cidades que compõem a rede. A proposta é reunir os Juristas para um momento festivo que valorize a cultura local.

Acontece

Janeiro

Férias coletivas da Fundação

Fevereiro

7 - retorno das atividades
13 a 26 - Inscrições para seleção do Curso de Juristas Populares
29 - Resultado da seleção

Março

Encontro Introdutório do Curso de Juristas Populares

F&A
Gráfica & Editora
A arte de uma boa impressão
Fone: (83) 3222.7943

Programação 2008

Reuniões dos Núcleos

Santa Rita:
última sexta de cada mês
Bayeux:
último domingo de cada mês
João Pessoa:
quarto domingo de cada mês
Forte Velho:
ainda não definido

Encontros Municipais

João Pessoa: 17 e 18 de maio
Leis dos Crimes Ambientais e Eleitoral

Bayeux: 20 de julho
Educação Ambiental

Santa Rita e Forte Velho: julho
Estatuto do Idoso

Encontro Estadual:

13 e 14 de setembro
Estatuto do Idoso e Lei Maria da Penha

Encontro Regional:

8 e 9 de novembro
ainda sem pauta